

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE – UFF

INSTITUTO DE ARTE E COMUNICAÇÃO SOCIAL - IACS

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – GCI

CURSO DE GRADUAÇÃO EM ARQUIVOLOGIA

RAYANE MOREIRA PANTOJA GOMES

**ACERVO CARLOS LACERDA DO ARQUIVO
GERAL DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO:
ARQUIVOLOGIA E PRESERVAÇÃO**

**UNIVERSIDADE
FEDERAL
FLUMINENSE**

NITERÓI

2021

RAYANE MOREIRA PANTOJA GOMES

**ACERVO CARLOS LACERDA DO ARQUIVO
GERAL DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO:
ARQUIVOLOGIA E PRESERVAÇÃO**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado à Universidade Federal
Fluminense, como requisito para obtenção do
Grau de Bacharel. Área de Concentração:
Arquivologia.

Orientador: Prof^a. Dr^a. Fátima A. de S. Justiniano

**ACERVO CARLOS LACERDA DO ARQUIVO GERAL DA CIDADE DO RIO
DE JANEIRO: ARQUIVOLOGIA E PRESERVAÇÃO**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado à Universidade Federal
Fluminense, como requisito para
obtenção do Grau de Bacharel. Área de
Concentração: Arquivologia.

APROVADO EM: / /

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a. Fátima A. de S. Justiniano - Orientador
Universidade Federal Fluminense

Professor Dr^a. Margareth da Silva
Universidade Federal Fluminense

Professor Dr^a. Clarissa Moreira dos Santos Schmidt
Universidade Federal Fluminense

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, Elizabete e Elias e meu irmão, Luís, que me incentivam e lutam comigo pelos meus sonhos. A eles que sempre me deram o melhor que puderam, dedico não só este, mas todos meus trabalhos e conquistas.

A minha amiga Rachel Torres, companheira de graduação e historiadora, quem me ajudou e me incentivou na escolha deste tema.

Aos meus amigos, Bernardo, Bruna, Lívia, Luiza, Mariana, Nina e Thamiris, pelo dia a dia compartilhado, a cabeça fria, o humor leve e os corações sempre tranquilos e prontos para me ouvir. Dedico este trabalho a eles e aos demais amigos que acompanham minhas dificuldades, torcem por mim e celebram minhas conquistas diárias com palavras e gestos de afeto.

À minha orientadora, professora e mestra, Dra. Fátima Justiniano, por todo interesse, receptividade, paciência, entusiasmo, incentivo e generosidade no decorrer deste trabalho, que se tornou prazeroso graças à incrível orientação que recebi.

Às professoras Dras. Clarissa Schmidt e Margareth da Silva, pelos ensinamentos que levarei para a vida e pelo grande incentivo para que eu concluísse o curso.

À Universidade Federal Fluminense e ao Departamento de Ciência da Informação, pelo universo de conhecimentos adquiridos com colegas e professores.

Este trabalho me trouxe oportunidades de me desenvolver ainda mais como pessoa, mesmo com limitações pandêmicas, de criar laços e conhecer profissionais do AGCRJ. A experiência foi rica e espero seguir com este tema, aprofundando mais questões para outros trabalhos.

RESUMO

O presente estudo intenciona discutir sobre a preservação e conservação no Acervo Carlos Lacerda do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro (AGCRJ), particularmente, no acervo de fitas audiomagnéticas. Compreende-se que é essencial a preservação física e digital deste tipo específico de objetos de arquivo. A partir do referencial teórico salienta-se que cada tipo de suporte físico possui suas particularidades que devem ser analisadas para a sua preservação e, com as fitas audiomagnéticas de um acervo sonoro não seria diferente. Na metodologia foi feita uma identificação se os métodos aplicados nos documentos do Acervo Carlos Lacerda do AGCRJ estão de acordo com a bibliografia da área. Essa identificação foi feita através da consulta ao fundo na ferramenta chamada Arquivo Virtual, pertencente ao Sistema de Informações do AGCRJ, que destina oferecer aos cidadãos o pleno acesso às informações arquivísticas produzidas pela Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, e por contato telefônico com funcionário do AGCRJ. Algumas questões elucidadas no referencial teórico foram utilizadas para descrever o tratamento ideal discriminado e comparar com as medidas disponibilizadas no site do Acervo em questão pelo AGCRJ.

PALAVRAS-CHAVE: Arquivologia. Preservação. Fitas Audiomagnéticas.

ABSTRACT

The present study intends to discuss about the preservation and conservation of the Carlos Lacerda Collection in the General Archive from the City of Rio de Janeiro (AGCRJ), particularly in the collection of audiomagnetic tapes. It is understood that the physical and digital preservation of these specific type of archival objects is essential. From a theoretical framework, it is emphasized that each type of physical support has its particularities that must be analyzed for its preservation and, with the audio-magnetic tapes of a sound collection, it would be no different. In the methodology, an identification was made if the methods applied in the documents of the Carlos Lacerda Collection of the AGCRJ are in accordance with the bibliography of the area. This identification was made by consulting the fund in the tool called Virtual Archive, belonging to the AGCRJ Information System, which is intended to offer citizens full access to archival information produced by the City of Rio de Janeiro, and by telephone contact with an employee of the AGCRJ. Some of the questions mentioned in the theoretical framework were used to describe the best treatment discriminated and compare with the measures made available on the website of the Collection in question by the AGCRJ.

KEYWORDS: Archival Science. Preservation. Audiomagnetic tapes.

LISTA DE FIGURA

FIGURA 1: Tipos de suporte do acervo Carlos Lacerda.....35

FIGURA 2: Notas sobre conservação do acervo Carlos Lacerda.....37

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	8
2. PRESERVAÇÃO DE ACERVOS DOCUMENTAIS.....	10
2.1 Preservação e Conservação.....	15
3. ARQUIVOLOGIA: CONCEITOS ESSENCIAIS.....	18
3.1 Breve História dos Arquivos.....	18
3.2 Arquivos: Conceitos.....	19
3.3 Arquivos permanentes e pessoais.....	23
4. ACERVO CARLOS LACERDA DO ARQUIVO GERAL DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO (AGCRJ).....	27
4.1 Resumo biográfico: Carlos Lacerda.....	29
4.2 A História Física do Acervo.....	31
4.2.1 Preservação de acervos sonoros e as fitas audiomagnéticas do Acervo Carlos Lacerda.....	32
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	38
REFERÊNCIAS.....	39

1 INTRODUÇÃO

A presente pesquisa foi desenvolvida a partir da relação entre as práticas de preservação e conservação adotadas pelo Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro (AGCRJ) quanto ao acervo Carlos Lacerda e as referências bibliográficas pesquisadas sobre o assunto. A intenção é trazer à luz a seguinte questão: existe coerência entre a teoria e a prática adotada pelo AGCRJ no acervo Carlos Lacerda com relação a preservação de documentos?

O objetivo geral do presente estudo visa dar visibilidade ao Acervo Carlos Lacerda do AGCRJ, abordando as implicações arquivísticas e de preservação. Apontando a eficiência das medidas adotadas na identificação e na guarda do acervo, e os possíveis pontos positivos e/ou negativos, detectando os motivos que levam aos mesmos.

Os objetivos específicos foram identificar e conceituar o que é arquivo e a preservação dos arquivos. Ainda pretendeu-se realizar um levantamento de dados sobre a preservação de documentos, mais especificamente sobre a preservação das fitas audiomagnéticas no acervo Carlos Lacerda do AGCRJ; na tentativa de compreender os procedimentos adotados pelo AGCRJ; e por último, verificar se as ações de preservação de acervos sonoros adotadas estão de acordo com os referenciais da área.

A pesquisa se justifica por identificar as práticas da preservação de documentos, em especial as práticas de preservação de acervos sonoros e das fitas audiomagnéticas, adotadas no Acervo Carlos Lacerda do AGCRJ. Visando o estudo comparativo da prática com o referencial teórico disponível da área da preservação dos acervos arquivísticos, realizado a partir de um levantamento bibliográfico sobre os autores da área.

Além disso, pesquisa-se sobre preservação por ser este um tema atual, após verificar-se tantos incêndios ocorrendo em edificações culturais e no meio ambiente. Quanto às edificações culturais, o incêndio ocorrido em 29 de julho de 2021 na Cinemateca Brasileira, fora um episódio desagradável que chocou a todos aqueles que reconhecem a importância da memória cultural, social e histórica de um país e, mais uma vez alarma para a necessidade da preservação e conservação feita por profissionais especializados. A Cinemateca Brasileira possui o maior acervo audiovisual da América do Sul, de valor inestimável, sendo a principal responsável pela preservação do patrimônio do cinema brasileiro. O que causou este último incêndio foi o nitrato de celulose, substância que pode causar combustão espontânea apenas com calor, além disso,

quanto mais velho for o filme, menor é a temperatura de ignição, ou seja, pega fogo mais facilmente.

Os filmes antigos necessitam de uma manutenção constante, justamente para evitar este tipo de incêndio. Infelizmente a cinemateca passa por uma crise há anos, controlada pelo Governo Federal, a instituição não recebe nenhum tipo de investimento para que consiga aprimorar seu setor de preservação, o que a deixa mais vulnerável para acidentes. Há um evidente descaso geral do Governo com o patrimônio histórico e cultural brasileiro. A própria Cinemateca Brasileira já fora vítima de incêndios e alagamentos no passado e, incêndios também aconteceram com o Memorial da América Latina em 2013, com Museu da Língua Portuguesa em 2015 e, com o Museu Nacional, em 2018.

Foi utilizado os manuais e textos técnicos adotados no Projeto Conservação Preventiva em Bibliotecas e Arquivos, levado a frente pelo Arquivo Nacional (Brasil), mas com o respaldo de diversas instituições no Brasil.

Este trabalho de conclusão de curso está dividido em cinco seções, incluindo a introdução e as considerações finais. Na segunda seção abordamos os conceitos utilizados na área da preservação e conservação de acervos documentais. Na terceira seção o assunto foram os arquivos e suas nomenclaturas e tipologias. Finalmente, na seção quatro abordamos o Arquivo Carlos Lacerda do AGCRJ, contendo um resumo biográfico do Carlos Lacerda, a história física do acervo, a preservação de acervos sonoros e as fitas audiomagnéticas deste acervo.

2 PRESERVAÇÃO DE ACERVOS DOCUMENTAIS

Nesta seção pretende-se abordar a distinção entre os conceitos utilizados atualmente na área da preservação de acervos documentais, tais como a conservação e a restauração. Pois, com o avançar dos anos, novas terminologias foram sendo necessárias para a área, em detrimento da restauração, que era e ainda é utilizada quando o mau já se instalou. Percebemos nos textos acadêmicos ligados à área, que existe uma confusão terminológica e ainda gostaríamos de ressaltar a importância da criação e manutenção de um planejamento institucional pensando na preservação da totalidade dos acervos arquivísticos.

Nos principais dicionários da área no Brasil encontramos definições bem simples, no de Terminologia Arquivística, de Camargo et al. (2012), conservação seria um conjunto de procedimentos e medidas destinadas a assegurar a proteção física dos arquivos contra agentes de deterioração, enquanto preservação é a função arquivística destinada a assegurar as atividades de acondicionamento, armazenamento, conservação e restauração de documentos, portanto, a preservação englobaria as outras terminologias da área, a conservação e a restauração.

Porém, devemos começar essa discussão pela literatura internacional onde encontramos os principais conceitos que vamos trabalhar neste tcc: Preservação, conservação e restauração, que podem vir acrescidos de outras palavras redefinindo as suas abordagens. De acordo com Guimarães (2012) a Associação Brasileira de Restauradores e Conservadores – ABRACOR publicou no seu boletim eletrônico¹ as definições dos termos “conservação”, “conservação preventiva”, “conservação curativa”, e “restauração”, aprovadas na 15ª Conferência Trienal do ICOM-CC, em Nova Delhi, Índia, (realizada entre os dias 22 e 26 de setembro de 2008), como forma de incentivar os profissionais quanto à unificação da terminologia da área. Com base nesse documento do ICOM-CC e com algumas observações feitas por Guimarães (p. 79) a “conservação preventiva” seria o

[...] conjunto de procedimentos que visam o tratamento do acervo como um todo. Estes procedimentos devem ser mantidos constantemente, após a realização de diagnósticos de situação e de riscos, que vão indicar as medidas que devem ser aplicadas para a proteção física dos acervos. Estas medidas e ações devem ter como objetivo evitar ou minimizar futuras deteriorações ou

¹ Boletim eletrônico da ABRACOR de junho de 2010. Disponível em: <http://antoniomirabile.com/images/competence/56bf5dfd06e968.57668508-areservatecnicatambememuseu.pdf>

perdas e não devem interferir nos materiais e nas estruturas dos bens; como também, não devem modificar a sua aparência. (GUIMARÃES, 2012, p.79)

Segundo o Boletim Eletrônico da ABRACOR (2010), alguns exemplos de conservação preventiva incluem as medidas e ações necessárias para o registro, armazenamento, manuseio, embalagem e transporte, segurança, controle das condições ambientais (luz, umidade, poluição atmosférica e controle de pragas), planejamento de emergência, treinamento de pessoal, sensibilização do público, aprovação legal.

O Boletim Eletrônico da ABRACOR (2010), também define o termo “conservação curativa”, sendo identificada como todas as ações aplicadas de maneira direta sobre um bem ou um grupo de bens culturais que tenham como objetivo deter os processos danosos presentes ou reforçar a sua estrutura. São realizadas quando os bens se encontram em um estado de fragilidade adiantada ou estão se deteriorando a um ritmo elevado, de tal forma que poderiam perder-se em um tempo relativamente curto. Estas ações às vezes modificam os aspectos dos bens, são elas: desinfestação de têxteis, a dessalinização de cerâmicas, a desacidificação do papel, a desidratação de materiais arqueológicos úmidos, a estabilização de metais corroídos, a consolidação de pinturas murais, a remoção de vegetação invasora em mosaicos.

Enquanto a “restauração”, de acordo com o Boletim Eletrônico da ABRACOR (2010), são todas as ações aplicadas de maneira direta a um bem individual e estável, que tenham como objetivo facilitar sua apreciação, compreensão e uso. Estas ações somente se realizam quando o bem perdeu uma parte de seu significado ou função através de alterações passadas. Baseia-se no respeito ao material original. Na maioria dos casos, a restauração modifica o aspecto do bem, são exemplos: retoque de uma pintura, reconstituição de uma escultura quebrada, a remodelação de uma cesta, a reintegração de perdas em um vaso de vidro.

Para o Boletim Eletrônico da ABRACOR (2010), a conservação é complexa e exige a colaboração de profissionais especialistas e qualificados. Em particular, qualquer projeto que implique ações diretas sobre um bem cultural exige um conservador-restaurador.

Outra literatura interessante que trata da questão terminológica da área é o capítulo do livro sobre preservação em países de clima tropical, do René Teijgeler. Neste capítulo o autor apresenta exemplos de terminologias utilizadas pelas principais instituições ligadas à área, porém, ele faz a ressalva de que é mais importante conhecer os conceitos de cada instituição do que tentar elaborar uma para que toda área utilize a mesma. A

primeira citada no capítulo é a do arquivista canadense Mackenzie, que define a preservação como tudo aquilo que contribui para o bem-estar físico da coleção, e divide a área em duas terminologias: preservação indireta e preservação através da substituição e ou da transferência do suporte:

Preservação indirecta inclui o edifício, os métodos de armazenagem de arquivos, a segurança contra as ameaças e o manuseamento;
Preservação através da substituição ou da transferência de suporte. Isto significa executar cópias dos documentos, normalmente em microfilme e, depois, utilizar as cópias em vez dos originais, reduzindo, portanto, o desgaste dos originais e preservando o seu estado de conservação. (MACKENZIE *apud* TEIJGELER, 2007, p. 45)

Ainda entre os exemplos citados por Teijgeler (2007) encontramos a *Pirâmide da Preservação* idealizada pelos Arquivos Nacionais da Holanda. Dividida em quatro seções, no topo da pirâmide encontramos o termo restauro, o menor, pois como sendo o trabalho mais dispendioso e que necessita de um laboratório e um profissional altamente qualificado, deveria ser o menos empregado. Enquanto todos os demais, e principalmente, a base da pirâmide com a conservação preventiva deveria ser pensada para a proteção de o acervo contra todos os tipos de dano, fazendo com que o acervo tenha uma vida mais longa e sem gastar grandes somas de dinheiro.

Portanto, são as seguintes as seções e as terminologias estabelecidas pelos arquivos holandeses:

- **A conservação preventiva integra todas as etapas diretas e indiretas, bem** como as medidas que vão otimizar as condições ambiente, a preservação e o acesso ao objeto, de modo a prolongar o seu tempo de vida. Para começar, deve definir-se uma linha clara de uma política que inclua formação, mentalização e profissionalização para todo o pessoal.
- **A conservação passiva integra todas as etapas diretas e indiretas direcionadas** para o prolongamento do tempo de vida dos objetos. Inclui uma boa gestão interna, purificação do ar, ar-condicionado, limpeza e monitorização da coleção. Um importante aspecto da conservação passiva é o levantamento das condições físicas da coleção.
- A conservação ativa integra todas as etapas diretas e indiretas, bem como** intervenções realizadas no objeto de modo a prolongar o seu tempo de vida. Inclui uma nova execução de caixas e invólucros para acondicionar os objetos, a sua limpeza, desacidificação em massa e desinfecção. Esta fase em conservação envolve tarefas que podem não ser realizadas por conservadores profissionais.
- **O restauro** integra todas as intervenções que visam o prolongamento do tempo de vida do objeto na sua forma perceptível, de acordo com as normas de estética e de ética, mantendo a sua integridade histórica. Como é um trabalho realizado por conservadores altamente qualificados que trabalham em

cada objecto, é a fase da preservação mais dispendiosa e morosa. (ARQUIVOS HOLANDESES *apud* TEIJGELER, 2007, p. 47-48)

Portanto, é possível afirmar que a restauração é a intervenção que deve ser considerada em último caso. É preferível que se invista em ações de preservação e de conservação preventiva para se evitar a degradação dos documentos ao invés do gasto excessivo econômico para tentar reverter um problema já instaurado.

Trazendo o debate para o Brasil, observamos que o outro dicionário da área o de Terminologia Arquivística, publicado pelo Arquivo Nacional (Brasil, 2005), define preservação como “Prevenção da deterioração e danos em documentos, por meio de adequado controle ambiental e/ou tratamento físico e/ou químico”, e, conservação como a “Promoção da preservação e da restauração dos documentos”. Percebemos que os conceitos são muito simples podendo dar margem a diversas interpretações. (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 135 e p. 53).

Para Cassares (2000), conservadora do Arquivo Paulista, o termo conservação seria um conjunto de ações estabilizadoras que visam desacelerar o processo de degradação de documentos ou objetos, por meio de controle ambiental e de tratamentos específicos (higienização, reparos e condicionamentos). Em contrapartida, a preservação é definida pela autora como, um conjunto de medidas e estratégias de ordem administrativa, política e operacional que contribuem direta ou indiretamente para a preservação da integridade dos materiais.

A restauração e a conservação devem ser entendidas como ações corretivas que intervêm na estrutura dos materiais, visando a melhorar o seu estado físico. Ambas implicam em tratamento individual, obra a obra, item a item. Mais precisamente, a restauração implica na intervenção na estrutura dos suportes com o objetivo de recuperar, o mais próximo possível, as condições originais desse suporte, sem que perca sua unidade informacional. Ambas são ações corretivas, tomadas quando o documento já estiver danificado (SILVA, 2011, p. 245-246).

Portanto, diferentemente da restauração, que requer maiores investimentos financeiros e que atua diretamente no suporte físico dos documentos, podendo comprometer a integridade material e autenticidade deles, torna-se mais sensato empregar esforços em ações de preservação que evitem a degradação, visando prolongar a vida útil dos documentos. Desta maneira, desfecha-se que “[...] a preservação [pode] incorporar a

conservação (salvaguardar), a restauração (recuperar) e a conservação preventiva (proporcionar permanência e durabilidade).” (SILVA, 2011, p. 245)

Segundo Spinelli, Brandão e França (2011, p. 4), a preservação trata-se de toda ação que se destina à salvaguarda dos registros documentais. A partir deste momento, nota-se que a preservação, pode ser identificada como uma questão de gestão, pois só o gerenciamento para a escolha correta de acondicionamentos e de mobiliários, dos melhores locais, que se necessário devem ter o controle absoluto da temperatura e umidade relativa. É muito importante, que a gestão tenha condições financeiras para possíveis calamidades e acidentes que possam ocorrer nos acervos, permitindo assim, que eles tenham uma vida mais longa.

Agrega-se, ainda, o planejamento, o financiamento, as decisões administrativas, a gestão e as escolhas políticas e tecnológicas. Ou seja, a preservação é toda e qualquer ação que, recorrendo à plataforma tecnológica disponível, aos conhecimentos técnico-científicos existentes e em atenção às políticas institucionais, visa a garantir estabilidade química (permanência) e resistência mecânica (durabilidade) aos materiais que compõem os suportes onde está registrada a informação (SILVA, 2011, p. 245).

Para os três autores citados acima Spinelli, Brandão e França (2011, p. 4), a conservação preventiva é um conjunto de medidas e estratégias administrativas, políticas e operacionais que contribuem direta ou indiretamente para a conservação da integridade dos acervos e dos prédios que os abrigam. São ações para adequar o meio ambiente, os modos de acondicionamento e de acesso, visando prevenir e retardar a degradação.

A conservação preventiva implica melhorias e controle do meio ambiente na área de guarda dos acervos, no acondicionamento, na armazenagem e no uso dos documentos com o objetivo de retardar o início do processo de degradação dos suportes. É uma intervenção indireta, preventiva, que considera a totalidade do acervo e dos agentes humanos (técnicos e usuários), sendo, pois, um tratamento realizado no e em função do conjunto do acervo (SILVA, 2005, p. 180).

Todavia, a restauração, para Spinelli, Brandão e França (2011, p. 4), se propõe a executar um conjunto de ações técnicas de caráter intervencionista nos suportes dos documentos. Apesar de não caber ao profissional arquivista a realização da restauração, já que se destina a profissionais capacitados, necessitando de um maior conhecimento técnico da fabricação dos materiais utilizados na documentação, assim como de como eles se manifestam no ambiente de um Arquivo.

Muitos outros exemplos poderiam ser dados, mas, pensamos que para este trabalho de conclusão de curso, adotaremos o conceito de preservação e ou o de conservação preventiva como sinônimos, pois quando os citamos estamos pensando na totalidade do acervo e em utilizar ações simples e tangíveis que serão capazes de impossibilitar ou de desacelerar o processo de deterioração que normalmente todo material orgânico é passível de degradar. Temos que ter sempre em mente que nada é eterno, mas, se for de boa qualidade e bem preservado poderão existir por longos séculos. Na subseção a seguir, será visto algumas ações que norteiam o dia a dia da preservação e ou da conservação preventiva de documentos.

2.1 PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO

O importante quando falamos de conservação preventiva ou simplesmente preservação é pesarmos que estamos falando de ações que vise o bem-estar físico de todo o acervo e não de uma determinada parcela dele ou de apenas um item. É importante que a visão seja do conjunto da totalidade, e, desde que o documento foi gerado, pois, uma boa parcela poderá no futuro pertencer ao acervo permanente de uma instituição.

Para as empresas que possuem ações bem definidas de recolha e gestão documental esta tarefa será mais fácil de ser implementada, pois desde a origem se conhecerá o futuro do documento. Porém, a realidade do Brasil nos informa que não possuímos políticas de seleção arquivística, portanto, seria mais conveniente, proteger todos os documentos de um arquivo, para isso seria interessante fazer escolhas que ajudassem na própria preservação do objeto. Ações que norteariam desde as áreas de guarda, o mobiliário, os invólucros e os próprios documentos, tais como: Para o armazenamento das coleções em locais e mobiliários apropriados; Para o manuseio e desenvolvimento de embalagens adequadas para cada tipo de acervo; Para o controle das condições ambientais das áreas de guarda, de leitura e de exposição dos acervos, através de estudos e levantamentos tais como: iluminação, umidade relativa, temperatura, poluição atmosférica e controle de infestação por insetos e pragas; Para o planejamento de ações a serem adotadas em situações de emergência, onde devem estar indicadas informações sobre a disposição do acervo dentro do edifício.

No planejamento de emergência devem ser assinalados os locais onde estão concentradas as coleções raras, valiosas e insubstituíveis, para que seja dada a prioridade

de regaste a estes documentos. Este plano deve ser um documento oficial, mas não de acesso ao público, por constarem informações sigilosas sobre o acervo;

Todo o trabalho deveria começar com o diagnóstico do acervo, que deveria ser feito por um especialista, que reconhecesse os diferentes suportes utilizados e os níveis dos tipos de deterioração que já possa estar instalado neste acervo. Só após o diagnóstico a instituição será capaz de identificar os perigos em potencial da sua coleção; priorizar as coleções para iniciar as ações de conservação, cuja avaliação poderá ser baseada em perguntas como: o que é considerado mais importante para a instituição? Quais são os documentos mais consultados etc.; identificar as atividades necessárias para manter o acervo em boas condições de preservação; e priorizar as necessidades das coleções, através do diagnóstico, e identificar as etapas que devem ser priorizadas para cumprir o plano de conservação preventiva com sucesso (GUIMARÃES, 2012, p. 86).

O segundo passo após o diagnóstico seria a conservação dos acervos propriamente dito, isto é a tentativa de estabilizar uma degradação que possa estar ocorrendo no objeto, principalmente na sua constituição física (suporte), reparando o dano sem comprometer a sua integridade histórica.

A conservação tende cada vez mais para o desenvolvimento visando um “[...] enfoque mais crítico e multidisciplinar, baseado numa melhor compreensão dos mecanismos de deterioração das coleções e seus materiais constituintes para evitar as causas potenciais de danos (VAILLANT CALLOL, 2013, p.16).”

As principais ações que norteiam a conservação do acervo, baseia-se no primordial interesse pelo quanto menos intervenção melhor é para o documento. E estão diretamente ligadas a que um acervo saudável é o acervo limpo e bem acondicionado, portanto, a primeira ação será sempre a higienização dos documentos unitários, operação que remove todas as sujidades acumuladas ao longo dos anos e permite vistoria total e periódica do acervo. A seguir, se existe um processo de degradação em andamento, devemos fazer pequenos remendos e enxertos nas folhas, utilizando os materiais adequados, com o papel japonês e a cola carboximetilcelulose. Tentar desdobrar, planificar e remover fitas adesivas e objetos metálicos (aconselha-se a não usar fitas adesivas sob nenhuma hipótese sobre o papel).

Com o acervo limpo, devemos começar a pensar na sua guarda, recomenda-se acondicionar documentos ou obras de arte sobre papel em montagens individuais (de papel alcalino) e dentro de caixas (de padrão permanente) e do tamanho que comporte o

documento e a quantidade certa dos mesmos.

Acervo limpo e acondicionado, deve-se pensar no espaço físico que ele ficará guardado, em linhas gerais, o planejamento deve ser pensado com vistas nas características e necessidades de cada acervo, objetivando a sua longevidade. As condições ambientais internas e externas devem estar de acordo com a natureza do suporte físico dos documentos armazenados, como por exemplo, um bom sistema de vedação e ventilação, manutenção e limpeza das instalações e dos documentos e livros, iluminação natural e artificial controladas, prevenção contra insetos e outros riscos potenciais como fogo e água, independência entre si e do restante do prédio, por paredes, pisos e portas com elementos retardadores de calor, segurança e proteção contra sinistros, atos de roubo e vandalismos.

Ao que se refere à ação do homem, investimentos que minimizem as possibilidades de degradação do acervo é fundamental, no entanto, é essencial que estejam atreladas a campanhas educativas para conscientizar o usuário sobre a importância de zelar pelos materiais de consulta. Desta forma, é possível minimizar ou mesmo eliminar os problemas decorrentes das intervenções inadequadas do homem. Considerando as questões aprofundadas a respeito da preservação e ou da conservação preventiva, faz-se mister salientar que cada tipo de suporte físico possui características próprias que devem ser analisadas para a sua preservação. Isto posto, será versado, nas próximas fases do trabalho, sobre os suportes informacionais que mais comumente se apresentam nos arquivos.

3. ARQUIVOLOGIA: CONCEITOS ESSENCIAIS

A presente seção analisa a literatura sobre os conceitos arquivísticos essenciais para esse estudo. São eles: arquivo, documento, documento arquivístico, arquivo permanente, arquivo histórico, arquivo pessoal, tipologia documental e avaliação de documentos. Inicialmente, será descrita breve história sobre os arquivos, em seguida serão analisados os demais termos seguidos de suas principais características.

3.1 BREVE HISTÓRIA DOS ARQUIVOS

Bellotto (2004) informa que os arquivos desde os grandes impérios da Antiguidade podiam ser considerados como arsenais de poder. Para as populações significava repositório dos deveres e dos direitos das autoridades, que assim legitimavam seus abusos de autoritarismo. Na Europa da Idade Média e da Idade Moderna, assim como os demais continentes submetidos à colonização europeia, as populações reconheciam que os acervos arquivísticos eram controlados pelas autoridades reais, militares, religiosas, civis, notariais etc. Eram, portanto, ferramentas dos governos usadas em detrimento das aspirações populares.

No século XVIII os arquivos públicos ainda eram entendidos no âmbito restrito da administração pública. A característica central deste século conhecido como das Luzes foi a valorização dos acervos documentais como instrumentos de poder, repositórios jurídicos, fiscais e de informação postos a serviço dos Estados. Contudo, no fim deste mesmo século dois fatos vão alterar o simbolismo dos acervos documentais, a Revolução Americana e a Revolução Francesa, pois ficaram conhecidas como momentos-chave para a questão do direito à igualdade social. As populações sentiram que os arquivos públicos também poderiam ser repositórios dos registros dos seus direitos. A Revolução Francesa foi um marco na conceituação, organização, tratamento e uso dos arquivos. (SANTOS, 2008, p. 85)

Da dinâmica político-social do processo revolucionário na França surgiu uma legislação que passou a prescrever o encaminhamento de determinados documentos a depósitos de arquivos. Começava aqui a se distinguir dois tipos de acervo: o indispensável

para a administração e aquele que, sendo necessário a esta, apenas conservava interesse de caráter histórico-cultural. (SANTOS, 2008, p. 85)

3.2 ARQUIVOS: CONCEITOS

O conceito de arquivo é considerado polissêmico, ou seja, não possui uma única definição. Uma de suas características dos documentos de arquivo é servir como prova de uma ação. Bellotto (2014), reforça a subjetividade do arquivo ao dizer que:

A arquivística é marcada pela transversalidade de seu objeto: que não são os documentos de um modo geral, mas os que justificam sua existência pela força probatória; que não são as informações neles contidas, mas sua forma e o contexto que lhes dá relevância; que não é o conhecimento que se pode construir a partir de suas reservas de sentido, para o aqui e agora das organizações ou para a posteridade, mas a correspondência que mantêm com as ações para as quais serviram de instrumento e que lhes conferem um caráter específico e único. (BELLOTTO, 2014, p. 307)

No Manual dos Arquivos Holandeses, que teve sua primeira publicação em 1898, portanto de fins do século XIX, o verbete arquivo é definido como conjunto de documentos escritos, desenhos e material impresso, recebidos ou produzidos oficialmente por determinado órgão administrativo ou por um de seus funcionários, na medida em que tais documentos se destinavam a permanecer na custódia desse órgão ou funcionário. (MULLER; FEITH; FRUIN, 1973, p. 11)

A palavra holandesa é *archif*, nome usado no singular como o são palavras correlatas em várias outras línguas europeias. Vertem-na os tradutores franceses por *fonds d'archives*, ela significa um todo orgânico. Já que, em inglês, a palavra *archive* não encontra, neste sentido, acolhida no uso geral, a expressão *archival collection* (coleção de arquivo) é empregada, na tradução americana, para exprimir a ideia do todo orgânico, respeito ao arquivo. *Archive group* (grupo de arquivo) é preferida comumente pelos arquivistas ingleses, e particularmente por Hilary Jenkinson, no seu livro *A Manual of Archive Administration*, mas *archival collection* é o termo de aceitação geral na terminologia dos Arquivos Nacionais de Washington. (MULLER; FEITH; FRUIN, 1973, p. 13)

Para Schellenberg (2006, p.) a palavra *archives*, de origem grega, significa o ‘material de arquivo’, e no sentido da instituição, ele utiliza o termo *archival institution*.

Ademais, o autor se vale das definições encontradas nos manuais técnicos escritos por arquivistas de vários países como referências para o assunto. Dentre as definições exemplificadas por Schellenberg (2006), está à vista acima dos autores Mueller, Freith e Fruin, do Manual dos Holandeses, considerado do ponto de vista da contribuição mundial da arquivística, o mais importante manual escrito sobre administração de arquivos, conforme já mencionado anteriormente. Portanto, ainda segundo Schellenberg (2006), Jenkinson (1937) na obra *Manual of archive administration* define arquivo como documentos:

[...] produzidos ou usados no curso de um ato administrativo ou executivo (público ou privado) de que são parte constituinte e, subsequentemente, preservados sob a custódia da pessoa ou pessoas responsáveis por aquele ato e por seus legítimos sucessores para sua própria informação (JENKINSON, 1937 *apud* SCHELLENBERG, 2006, p. 36-37).

O arquivo, segundo Casanova (1928) *apud* Schellenberg (2006), é a “[...] acumulação ordenada de documentos criados por uma instituição ou pessoa no curso de sua atividade e preservados para a consecução de seus objetivos políticos, legais e culturais, pela referida instituição ou pessoa” (CASANOVA, 1928 *apud* SCHELLENBERG, 2006, p. 37). Por fim, citando Brenneke (1953) arquivo é “[...] o conjunto de papéis e documentos que de atividades legais ou de negócios de uma pessoa física ou jurídica e se destinam à conservação permanente em determinado lugar como fonte e testemunho do passado.” (BRENNEKE, 1953 *apud* SCHELLENBERG, 2006, p. 37)

No Dicionário de Terminologia Arquivística (2012), arquivo aparece como o “[...] conjunto de documentos que independentemente da natureza ou do suporte, são reunidos por acumulação ao longo das atividades de pessoas físicas ou jurídicas, públicas ou privadas” (CAMARGO; BELLOTTO, 2012, p. 21). Enquanto instituição, o arquivo é tido como entidade administrativa responsável pela custódia, pelo tratamento documental e pela utilização dos arquivos sob sua jurisdição. No Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística – DIBRATE (2005), arquivo é:

o conjunto de documentos produzidos e acumulados por uma entidade coletiva, pública ou privada, pessoa ou família, no desempenho de suas atividades, independentemente da natureza do suporte. Podendo ser também uma instituição ou serviço que tem por finalidade a custódia, o processamento técnico, a conservação e o acesso a documentos (DIBRATE, 2005, p. 27).

A definição de arquivo nos dois dicionários são similares e, conforme descrito por Bellotto (2014), a existência dos arquivos na sociedade justifica-se pela necessidade que

sempre tiveram as comunidades humanas, desde a mais remota antiguidade, de registrar, em suportes inteligíveis, as suas normas, ações, transações, direitos, deveres etc. de modo a preservar os testemunhos necessários aos andamentos das relações entre governantes e governados, tanto quanto dos membros dessa mesma sociedade em si. Segundo a autora, os arquivos têm como funções básicas a gestão, a guarda e a difusão das informações contidas nos documentos produzidos, recebidos ou acumulados pelas diferentes entidades públicas ou privadas no decorrer da sua vida ativa. Passado o seu uso primário, necessário às ações administrativas e jurídicas, uso ligado às razões pelas quais os documentos foram criados, alguns deverão ser eliminados criteriosamente e, outros, recolhidos aos arquivos permanentes, por conterem informações de valor para o seu uso secundário, realizado pela historiografia.

De acordo com Duranti (2005, p. 7), o documento arquivístico “[...] é qualquer documento criado (produzido ou recebido e retido para ação ou referência) por uma pessoa física ou jurídica ao longo de uma atividade prática como instrumento e subproduto dessa atividade.” Para a autora, documento é a informação afixada a um suporte numa determinada forma, informação é uma mensagem que tem como objetivo a comunicação através do espaço ou do tempo e dado seria a menor parte significativa da informação.

Por conservarem registros das ações e dos fatos como prova da gestão que os produziram, pode-se dizer que os documentos de arquivo possuem natureza probatória. Segundo Rodrigues (2010, p. 176), para a diplomática clássica a força probatória do documento se revela a partir de elementos que o configuram a fim de que se comprove a sua autenticidade. Para a arquivística, o estatuto probatório do documento reside na relação estabelecida junto ao seu contexto de produção.

A organicidade também é uma forte característica dos documentos de arquivo, por relacionarem-se entre si são capazes de refletir a estrutura, funções e as atividades da entidade acumuladora. Para a autora, o que define e diferencia o documento arquivístico dos que estão ‘fora’ de um contexto arquivístico é a própria capacidade que o documento possui para se relacionar com o seu conjunto documental, denominado vínculo arquivístico. (RODRIGUES, 2010, p. 178)

A identidade são as características do documento de arquivo que lhe confere a qualidade de único. Por meio da identidade e da integridade alcança-se a autenticidade. A integridade significa que o documento está intacto e incorrupto. É na análise das características próprias dos documentos de arquivo, que assegura a razão da sua produção

e a justificativa da sua utilização. (RODRIGUES, 2010, p. 179-180). Portanto, o documento só é de arquivo se os vínculos de proveniência e organicidade se preservarem autênticos em seu conteúdo. (RODRIGUES, 2010, p. 186)

Segundo Bellotto (1988) *apud* Rodrigues (2010, p. 186-187) é preciso identificar seus elementos externos e internos que revelam o perfil do documento e o seu contexto de produção. Esses elementos permite a definição das séries documentais, o objeto da arquivística. A série ‘[...] unidade intermediária entre a peça documental e o seu conjunto orgânico maior’, é considerada como a ‘[...] sequência de documentos da mesma tipologia e/ou da mesma função’. Na tipologia, o tipo documental é o próprio documento de arquivo e ele é determinado pela ação que o criou no seu contexto de produção. Segundo observado por Bellotto (2007), enquanto a espécie documental, objeto da diplomática, assume um documento de acordo com a disposição e a natureza das informações nele contidas, a tipologia documental ocupa-se do tipo documental, que assume a espécie documental de acordo com a atividade que a gera. E completa definindo que: “A tipologia documental é a ampliação da diplomática na direção da gênese documental e de sua contextualização nas atribuições, competências, funções e atividades da entidade geradora/acumuladora. (BELLOTTO 2007, p. 52)

O estudo da tipologia documental tem por finalidade, fixar os modelos de unidades documentais através de nomes próprios e a partir deles reconhecer às demais unidades documentais semelhantes. De tal maneira que também permite reconhecer e formar as respectivas séries documentais de qualquer fundo e representá-las no momento da descrição. A tipologia documental é fundamental para o desenvolvimento das demais atividades arquivísticas de planejamento de produção, classificação, avaliação e descrição documental. (RODRIGUES, 2010, p. 187-188)

Quanto as noções de valor primário e secundário dos documentos de arquivo, Morris Rieger, citado por Bellotto (2007), arquivista norte-americano credenciado junto ao Conselho Nacional de Arquivos e especialista em avaliação, diz que o valor primário é a própria razão do documento, e o secundário possui um valor residual que os papéis ainda podem conservar. (RIEGER *apud* BELLOTTO, 2007)

Documentos de valor secundário, sendo, portanto, conserváveis, são:

1. Os que continuam a apresentar valor administrativo, jurídico, financeiro para a administração (...) depois de ter perdido o seu valor primário para as operações correntes.
2. Os que podem ter valor para a proteção dos direitos cívicos, jurídicos e de propriedade de certos cidadãos ou de toda a população; trata-se de um valor ligado aos direitos individuais.

3. Os que possuem valor de testemunho ou de “documentação funcional”, isto é, refletem a evolução histórica da administração de origem, dos poderes e funções que lhe são atribuídos por lei e pelos regulamentos, de sua estrutura, de seus programas, de sua política, de seus métodos, de suas decisões e de suas operações mais importantes.
4. Os que tenham valor de informação, isto é, que aportem uma contribuição importante para a pesquisa e para os estudos no domínio do conhecimento qualquer que seja (BELLOTTO, 2007, p. 118-119).

Levando em consideração os diferentes usos do arquivo e o objetivo geral desse trabalho, sobre analisar as ações que norteiam a preservação e conservação preventiva adotadas em um arquivo de uso secundário, a próxima subseção pretende explorar mais especificadamente a respeito dos usos secundários dos documentos em arquivos permanentes e pessoais.

3.3 ARQUIVOS PERMANENTES E PESSOAIS

A partir do exposto por Bellotto (2014) na subseção anterior, sabe-se que as funções básicas que os arquivos exigem são: reunir, organizar, conservar e tornar acessíveis as informações contidas nos documentos que deles fazem parte.

Ao cumprir adequadamente essas funções, os arquivistas possibilitam que os arquivos em que atuam possam responder aos seus objetivos fundamentais de servir à administração, ao direito, à cidadania e à historiografia. Mas, além disso, a sociedade faz dos arquivos públicos usos multifacetados, valendo-se dos seus documentos como registros fidedignos, necessários à vida civil, pessoal e profissional de seus integrantes, assim como lhe permitindo melhor compreender a identidade cultural de sua comunidade e a evolução da sua história, e o desenvolvimento das relações entre o cidadão e o Estado. (BELLOTTO, 2014, p. 133)

Ainda a partir de considerações da própria Bellotto (2014), o documento, numa primeira instância, serve a sociedade como prova administrativa e jurídica das ações humanas e numa segunda, servirá ao historiador em busca dos dados do passado e poderá ser a ‘consciência histórica’ da comunidade através do uso do acervo dos arquivos.

O arquivo permanente público, principalmente o municipal, ao ser o repositório do patrimônio histórico documental, é o principal testemunho da história local. O conjunto formado por seus fundos arquivísticos e pelos demais bens culturais produzidos no decorrer da evolução de determinada comunidade constitui o patrimônio cultural dessa mesma comunidade. A preservação do patrimônio cultural significa a preservação da

memória de toda uma sociedade que tenha produzido e acumulado aquele patrimônio, que é a soma de todos os saberes, fazeres, comportamentos e experiências que, a partir dos seus objetos, registros e produtos concretos, foram produzidos no evoluir dessa sociedade. (BELLOTTO, 2014, p. 135-136)

Relacionando-se a essa passagem sobre a importância do arquivo permanente público como testemunho da história local somando-se a relevância da preservação do patrimônio cultural, que seria a memória da própria sociedade, Bellotto (2007), reforça o conceito de arquivo permanente público mencionando que para o Arquivo Nacional brasileiro os documentos de guarda permanente são os ‘[...] de valor probatório com relação a direitos, tanto de pessoas físicas ou jurídicas, quanto de coletividades e os de valor informativo sobre pessoas, fatos ou fenômenos cuja memória, em termos históricos, seja considerada relevante (em entidades públicas ou privadas)’.

No Dicionário de Terminologia Arquivística, arquivo permanente é um conjunto de documentos custodiados em caráter definitivo, em função de seu valor (CAMARGO e BELLOTTO, 2012, p. 24). E, consoante Bellotto (2007), um arquivo permanente constitui-se de documentos produzidos, em geral há mais de 25 anos pelos vários órgãos da administração pública – cada órgão vindo a constituir um fundo de arquivo – remanescentes de eliminação criteriosa.

Um documento é histórico quando, passada a fase ligada à razão pela qual foi criado (informação), atinge a da sua utilização pela pesquisa histórica (testemunho). É útil para a administração e a historiografia, no sentido mais crítico e científico, e não no de ‘deleite cultural’ (BELLOTTO, 2004, p. 115).

Além do mais, Bellotto (2007) traz à luz o ponto de vista em que afirma que não há arquivos que sejam, em essência, históricos, e todo papel administrativo, desde sua criação, tem, em potencial, um valor histórico. Dialogando com Camargo (2003, p. 11), que expõe que o documento de arquivo possui caráter evidencial congênito, isto é, nasce para servir de instrumento ou prova de determinadas ações e é alheio a um eventual uso secundário que dele se possa fazer. Um fundo documental arquivístico é descrito por Camargo e Bellotto (2012), como sendo uma unidade constituída pelo conjunto de documentos acumulados por uma entidade que, no arquivo permanente passa a conviver com arquivos de outras.

O exposto por Bellotto (2007) vai de encontro ao constatado por Camargo (2003, p. 12), no que tange ao discurso dos documentos de arquivo serem partes de um conjunto cujos elementos mantém relação orgânica entre si. Esse organismo é que lhes empresta

autenticidade. Portanto, os documentos carregam consigo, de maneira obrigatória, a cunha da instituição produtora, não podendo nenhum deles ser compreendido ou interpretado sozinho ou que se desconheça as razões por que foi produzido ou as condições de que se originou.

Especificamente sobre a definição de arquivos pessoais, o *website* do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas (FGV), conceitua arquivos pessoais de uma maneira geral, como sendo registros de pessoas que testemunham momentos de sua vida, suas relações pessoais ou profissionais, seus interesses. São cartas, fotografias, documentos de trabalho, registros de viagens, diários, diplomas, comprovantes e recibos, ou simplesmente ‘papéis velhos’. Esses documentos, quando tomados em conjunto, podem revelar não apenas a trajetória de vida, mas também gostos, hábitos e valores de quem os guardou, constituindo o seu arquivo pessoal.

Arquivos Pessoais, portanto, são conjuntos documentais, de origem privada, acumulados por pessoas físicas e que se relacionam de alguma forma às atividades desenvolvidas e aos interesses cultivados por essas pessoas, ao longo de suas vidas. (CPDOC, 2017)

Essa acumulação resulta da seleção dos documentos a serem guardados, entre todos os papéis manuseados cotidianamente, e vai sendo feita ao longo do tempo. Muitas vezes, principalmente no caso de arquivos privados de pessoas públicas, essa seleção também é feita por auxiliares e, após a morte do titular do arquivo, por familiares e amigos.

Conforme o CPDOC (c2017), os arquivos pessoais constituem valiosas fontes de pesquisa, seja pela especificidade dos tipos documentais que os caracterizam, seja pela possibilidade que oferecem de complementar informações constantes em arquivos de natureza pública. O crescimento das pesquisas nas áreas de história da vida privada e história do cotidiano, bem como o interesse crescente pelas análises de tipo biográfico e pelas edições de correspondência escolhida, têm aumentado a procura por este tipo de fonte, chamando atenção para a importância de sua preservação, organização e abertura à consulta pública.

Em virtude de conterem informações fundamentais para a recuperação da memória ou para o desenvolvimento da pesquisa histórica, científica ou tecnológica do país, alguns arquivos pessoais podem ser classificados como ‘de interesse público e social’, por meio de dispositivo legal. Nesses casos, a lei determina que sejam preservados

e colocados à disposição dos pesquisadores. Por se tratar de documentos de natureza privada, os arquivos pessoais reúnem muitas vezes informações cujo acesso pode comprometer a intimidade do seu titular ou de terceiros. O Brasil hoje já dispõe de um corpo de leis regulamentando várias questões na área de arquivos, entre elas, o acesso a informações de natureza privada. Além da lei 8.159, de 1991, conhecida como Lei de Arquivos, que possui um capítulo dedicado aos arquivos privados, o decreto 2.942, de 1999, e a Resolução nº 12, do Conselho Nacional de Arquivos - CONARQ, estão voltados para o tema.

4 ACERVO CARLOS LACERDA DO ARQUIVO GERAL DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO (AGCRJ)

A presente subseção pretende avaliar o acervo Carlos Lacerda do AGCRJ a partir das informações sobre o acervo e sua guarda, visando a sua preservação, disponibilizadas na página (*site*) da instituição.

O AGCRJ, um órgão da Secretaria Municipal de Cultura da Prefeitura do Rio, foi instituído em 1567, na época da fundação da cidade. Durante os séculos seguintes, acumulou os documentos oficiais produzidos pela Câmara Municipal e, no período republicano, pela Prefeitura. Atualmente, também mantém sob custódia coleções de documentos particulares de prefeitos, administradores, professores, engenheiros e personalidades da vida carioca. Seu acervo, formado por documentos manuscritos e impressos, fotografias, gravuras, fitas, vídeos, livros e periódicos - pode ser consultado por qualquer cidadão interessado na história da cidade ou que necessite comprovar direitos, além de fornecer subsídios para a tomada de decisões no âmbito da administração pública. (AGCRJ, 2019, *site*)

Os documentos do AGCRJ permitem a reconstituição de amplos aspectos da história da sociedade carioca e das frequentes intervenções realizadas no seu espaço físico e social, ao longo dos mais de 400 anos de evolução urbanística. Constituem, portanto, um patrimônio de valor inestimável para a afirmação da identidade cultural do povo carioca (AGCRJ, 2019, *site*).

Introduzindo o acervo Carlos Lacerda, na sua apresentação no *site* do AGCRJ (coletadas em 2020), dentro da seção Acervo Sonoro e Audiovisual também no *site* AGCRJ, encontramos as principais informações históricas e de tipologia do acervo:

O acervo Carlos Lacerda foi doado ao Arquivo da Cidade por Mauro Magalhães e é relativo ao período de gestão de Carlos Lacerda à frente do governo do estado da Guanabara (1960-1965), contendo, ainda, entrevistas realizadas após o término do seu governo. Seu valor histórico, artístico e informativo, face ao papel de destaque que Carlos Lacerda ocupou no cenário local e nacional, é indiscutível.

A documentação é formada por material textual e audiovisual, produzido pela Assessoria de Imprensa do palácio Guanabara, sob a chefia do jornalista Walter Cunto, que reuniu e cuidadosamente guardou, preservando para a posteridade os documentos que permitem recuperar a história de uma época fértil da administração da cidade do Rio de Janeiro, então estado da Guanabara, sob a gestão de Lacerda. (AGCRJ, *site*)

O acervo Carlos Lacerda é relativo à um curto período (5 anos) intervalo da sua gestão frente do governo do estado da Guanabara (1960-1965), contendo, ainda, entrevistas realizadas após o término do seu governo, em fitas de rolo no total de 140, cuja reprodução para outro suporte estava sendo processada. A documentação é formada por material textual e audiovisual, papéis e fitas de rolo.

Anexado a página do acervo Carlos Lacerda no site do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro ainda encontramos 6 arquivos em formato .pdf com os seguintes assuntos: Pequena biografia à luz do acervo; Carlos Lacerda acervo 1; Carlos Lacerda acervo 2; Carlos Lacerda acervo 3; Carlos Lacerda acervo 4 e Carlos Lacerda acervo 5.

A seção Coleções Particulares: Instrumentos de Pesquisa, presente no *site* do AGCRJ, fornece as descrições arquivísticas em formato .pdf dos arquivos provenientes de doações realizadas pelo titular ou não ao AGCRJ, esse projeto se chama Guia de Fundos do AGCRJ.

Quanto a descrição arquivística da Coleção Particular Carlos Lacerda acumulado por Walter Cunto, é especificada na área de identificação, em dimensões e suporte que o acervo possui documentação textual e iconográfica, contendo:

Documentação textual - 6,81 metros lineares de documentação textual.
Documentação Iconográfica - 465 rolos de filmes em tamanhos variados; - 511 fitas de áudio: 409 (rolo) e 102 (K7); - 10 discos; - 2,71 metros lineares de negativos; - 3.738 folhas de contato fotográfico (AGCRJ, *site*).

O mesmo documento especifica o tipo de material que é composto cada item do acervo em particular: suportes, na área de conteúdo e estrutura. No item do conteúdo vemos:

O acervo da Coleção Walter Cunto/Carlos Lacerda é composto por Releases da Assessoria de Imprensa do Governo Carlos Lacerda (1960-65); discursos transcritos pela Rádio Roquete Pinto; documentação pessoal (artigos, correspondências, desenhos); recortes de jornais; fotografias e acervo audiovisual com registros de discursos e solenidades do Governo Lacerda (AGCRJ, *site*).

Avaliando mais detalhadamente o acervo Carlos Lacerda do AGCRJ a partir do levantamento das informações sobre o acervo e a sua guarda, visando a sua preservação, disponibilizadas na página (*site*) da instituição, a próxima subseção se atém a resumir biograficamente acerca sobre quem foi Carlos Lacerda, o acumulador do acervo em estudo.

4.1 RESUMO BIOGRÁFICO: CARLOS LACERDA

Faremos o resumo biográfico do Sr. Carlos Lacerda a partir do documento “Pequena biografia à luz do acervo”, presente na seção Acervo Carlos Lacerda do *site* Arquivo como descrito acima. Carlos Lacerda, nasceu em 1914 como Carlos Frederico Werneck de Lacerda, filho do político e comunista histórico, Maurício de Lacerda, na cidade do Rio de Janeiro, então, Distrito Federal e foi registrado em Vassouras, cidade do interior do Estado do Rio de Janeiro.

Frequentou Faculdade de Direito, no Rio de Janeiro, atuou na carreira de jornalista, desde 1929, no Diário de Notícias. Quando estudante, integrou a Federação da Juventude Comunista, órgão do PCB, atuação que comenta em alguns dos seus discursos resumidos neste acervo e que foram veiculados quando governador da Guanabara, entre 1960 e 1965. Ao lado de Roberto Sisson², Francisco Mangabeira³ e Francisco Chicovate participou do grupo que articulou a Aliança Nacional Libertadora (ANL), que tinha como meta lutar contra o integralismo, o imperialismo e o latifúndio⁴.

² *Roberto Henrique Sisson* nasceu no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, no dia 21 de fevereiro de 1899, filho de Henrique Eugênio Sisson, oficial da Marinha, e de Maria de Los Angeles Lopes Chaves, de ascendência espanhola. Em maio de 1924, mudou seu nome para Roberto Henrique Faller Sisson. Foi um militar de carreira com idas e vindas na Marinha por insubordinação, em disciplina. Tentou ingressar no movimento tenentista, acabando por ingressar na ANL. Auxiliou Luiz Carlos Prestes, o maior líder comunista do país na época. Sisson era defensor do Estado democrático de direito e defensor das instituições públicas. (FVG/CPDOC) Disponível em: [ROBERTO HENRIQUE SISSON | CPDOC - Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil \(fgv.br\)](#)

³ *Francisco Mangabeira* nasceu no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, no dia 21 de outubro de 1909, filho de João Mangabeira e de Constança Mangabeira. Seu pai foi deputado federal pela Bahia em diversas legislaturas, participou da fundação do Partido Socialista Brasileiro (PSB) em 1947. O nome Mangabeira, árvore típica do sertão nordestino, foi adotado pelo bisavô de Francisco na época da independência do Brasil, em substituição ao nome Faria, original de sua família. Fez Faculdade de Direito na Bahia e participou da ANL junto de Carlos Lacerda e Roberto Sisson. Em 1962, Mangabeira foi nomeado pelo presidente João Goulart para dirigir a Petrobras sendo exonerado em 1963. (FGV/CPDOC). Disponível em: [MANGABEIRA, FRANCISCO | CPDOC - Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil \(fgv.br\)](#)

⁴ O Integralismo surgiu a partir da Ação Integralista Brasileira (AIB), movimento de inspiração fascista mais importante organizado no Brasil, criado em 1932 por Plínio Salgado. Defendia o nacionalismo, a participação de mulheres e negros na política, o combate ao comunismo e ao liberalismo. O imperialismo é o conjunto de políticas com o objetivo de promover a expansão territorial, econômica e/ou cultural de um país sobre outros, se caracterizando neste período, por exemplo, como o domínio dos Estados Unidos e das potências europeias sobre o Brasil. O latifúndio diz respeito a uma política latifundiária, são as grandes propriedades rurais ou os grandes proprietários de terras, os latifundiários brasileiros. A ANL, portanto, defendia a reforma agrária, o anti-imperialismo e o desejo de uma revolução proletária. (FGV/CPDOC) Disponível em: [INTEGRALISMO | CPDOC - Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil \(fgv.br\)](#)

Carlos Lacerda foi preso pelas suas ideias comunistas, resolvendo, então, afastar-se do PCB, em 1939, rejeitando tudo o que defendera anteriormente. De sua lavra saíram contundentes artigos contra essa ideologia e o anticomunismo tornou-se uma verdadeira obsessão, resultando em ataques constantes aos países da então “cortina de ferro”.

Filiou-se à União Democrática Nacional (UDN) em 1945. Em 1947, eleito vereador, fez campanha a favor da autonomia do Distrito Federal, defendendo a eleição do prefeito, ao invés de sua nomeação pelo presidente da República. Em 27 de dezembro de 1949, fundou a Tribuna da Imprensa, jornal que defendia o ideário da UDN, fazendo oposição ferrenha ao getulismo. Em 1953, Lacerda fundou, no Rio de Janeiro, o Clube da Lanterna, que publicava um periódico intitulado O Maquis, através do qual denunciava o que considerava as mazelas e a corrupção do governo Vargas.

Em agosto de 1954, agravou-se a tensa situação política quando Lacerda tornou-se vítima de um atentado, no qual faleceu o major da Aeronáutica, Rubens Vaz, que fazia parte de sua segurança, e que ele atribuiu a um complô do governo Vargas. Já como governador da Guanabara, inúmeras vezes reporta-se a esse período, relatando os fatos que se passaram a partir de seu ponto de vista. Ainda em 1954, foi eleito deputado federal. Na Câmara dos Deputados tornou-se logo porta-voz da UDN contra a posse de Juscelino Kubitschek na presidência da República. Reeleito em 1958, defendeu a autonomia do Rio de Janeiro e a criação do estado da Guanabara.

Foi, então, eleito, em 1960, o primeiro governador do novo estado. Realizou um governo dinâmico, reconhecido pelo impulso que deu à educação, implantando a obrigatoriedade escolar, construindo inúmeras escolas primárias - com o apoio da Fundação Otávio Mangabeira - e criando a Universidade do Estado da Guanabara, além de inúmeras escolas técnicas e ginásios. Fez elevados investimentos em obras públicas, principalmente no que tange ao abastecimento de água, com o Guandu, e o tratamento de esgoto. Um plano viário foi elaborado para facilitar a ligação entre o centro e outras áreas da cidade, no qual estava prevista a conclusão dos viadutos dos Marinheiros, dos Fuzileiros, de Saint-Hilaire, de Engenheiro Noronha e o túnel Santa Bárbara. Iniciou a perfuração do túnel Rebouças, concluído no governo Negrão de Lima, e realizou a complementação das pistas laterais da avenida Brasil. Deu atenção à saúde, vinculando o hospital Pedro Ernesto à UEG, construiu o parque do Flamengo e fez a remoção de muitas favelas, ação que levantou polêmicas devido à maneira como foi feita. A inauguração de muitas destas obras, os discursos por ocasião da entrega de casas populares estão registrados neste acervo, ocasião em que Lacerda enfatiza, ao lado das realizações do seu

governo, a sua posição política, inicialmente alinhada aos que deram o Golpe de 1964, tendo sido inclusive indicado pelo presidente Castelo Branco para “explicar” a “Revolução” no exterior.

Em 1966, articulou, sem êxito, o movimento oposicionista da Frente Ampla com os ex-presidentes João Goulart e JK. Em 1968, teve nova decepção, ao ter cassados os seus direitos políticos, pois de aliado passara a *persona non grata* aos ditadores, falecendo em 1977, no Rio de Janeiro.

Observando biograficamente quem foi Carlos Lacerda, a próxima subseção encarrega-se de elucidar sobre a história física do acervo.

4.2 A HISTÓRIA FÍSICA DO ACERVO

De acordo com o descrito na seção Acervo Carlos Lacerda do *site* AGCRJ (2019), o acervo foi doado ao AGCRJ por Mauro Magalhães e é relativo ao período de gestão de Carlos Lacerda à frente do governo recém-criado do estado da Guanabara (1960-1965), contendo, ainda, entrevistas realizadas após o término do seu governo. Seu valor histórico, artístico e informativo face ao papel de destaque que Carlos Lacerda ocupou no cenário local e nacional, é indiscutível. A documentação é formada por material textual e audiovisual, produzido pela Assessoria de Imprensa do palácio Guanabara, sob a chefia do jornalista Walter Cunto. A seção Acervo Carlos Lacerda do *site* AGCRJ ainda é composta pelos seguintes documentos em .pdf: Pequena biografia à luz do acervo; Carlos Lacerda acervo 1; Carlos Lacerda acervo 2; Carlos Lacerda acervo 3; Carlos Lacerda acervo 4 e Carlos Lacerda acervo 5. O primeiro documento foi utilizado na subseção acima da biografia do Sr. Carlos Lacerda.

Vamos agora dar uma olhada nos arquivos restantes: os documentos chamados Carlos Lacerda acervo 1, 2, 3, 4 são descrições das Fitas de rolo - Acesso na instituição somente em CD e o documento Carlos Lacerda acervo 5 são descrições das Fitas K7 – Acesso também na instituição somente em CD. Cobrindo um período de 1960-1965 contendo: áudios de discursos, inaugurações, entrevistas, entre outros.

Portanto, na próxima subseção, vamos nos deter um pouco sobre a preservação deste acervo especial que são as fitas audiomagnéticas. Atualmente, na página do Arquivo diz-se que o material está sendo migrado para uma outra mídia, para que o conteúdo possa ser distribuído mais facilmente para os pesquisadores e público em geral. O Arquivo

também ressalta que até a conclusão do trabalho, as fitas não estarão disponíveis, na instituição para os pesquisadores.

Ainda encontramos disponível na seção Coleções Particulares: Instrumentos de Pesquisa do *site* AGCRJ (2019), que o acervo, em sua maior parte, foi acumulado durante o período em que Walter Cunto esteve à frente da Assessoria de Imprensa do Palácio Guanabara. Isto se soma a documentos de caráter pessoal, provavelmente doados a Walter Cunto por familiares de Carlos Lacerda. Parte do acervo iconográfico e sonoro foi produzido pela empresa de propriedade de Walter Cunto, TELEPLAN S.A. A documentação estava em poder de Mauro Magalhães desde 2005. Doou-lhe a senhora Lamy Cunto, viúva do jornalista Walter Cunto, de quem era amigo.

4.2.1 Preservação de acervos sonoros e as fitas audiomagnéticas do Acervo Carlos Lacerda

Segundo a descrição arquivística no Arquivo Virtual do Arquivo Geral da cidade do Rio de Janeiro teríamos cerca de 408 fitas audiomagnéticas no formato de fita rolo e 102 fitas K7 fazendo parte do acervo sonoro da Coleção Particular Carlos Lacerda.

Vamos pensar em como seria a melhor atitude para a preservação deste tipo de acervo, levando em conta o que os especialistas recomendam e relatar o que foi possível encontrar no site da instituição sobre o arquivo em questão.

O que os especialistas e as publicações técnicas recomendam fazer com relação ao arquivo audiovisual. Segundo Bogart (2001), as necessidades de armazenamento dos meios magnéticos geram uma demanda de recursos nem sempre disponíveis para bibliotecas e arquivos. Para o autor, coleções de áudio e vídeo necessitam de cuidado e manuseio específicos para assegurar que a informação registrada seja preservada.

As transcrições periódicas dos meios antigos para os meios novos são uma das medidas existentes para assegurar que a informação possa ser preservada indefinidamente, principalmente por dois motivos: os meios de armazenagem são instáveis e porque a tecnologia de gravação se tornará obsoleta.

A tecnologia de gravação sobre fitas consiste de dois componentes independentes — a fita magnética e o gravador. Nenhum destes componentes é projetado para durar indefinidamente. A informação gravada sobre uma fita pode ser perdida como consequência da sua degradação química. Contudo, o acesso à informação armazenada sobre uma fita pode também ser perdido pela obsolescência do formato e pela inexistência de um gravador apropriado em funcionamento (BOGART, 2001, p. 9).

Além destes dois principais motivos, Bogart (2001, p. 19), ainda aconselha fazer cópias múltiplas de fitas, tendo em vista que a informação pode ser perdida se a fita sobre a qual ela estiver registrada desaparecer (perdida, roubada, destruída por incêndio ou enchente, e assim por diante). Qualquer tipo de perda pode ser evitado pela manutenção das cópias, armazenadas preferencialmente em locais separados.

Devido à crescente obsolescência dos equipamentos analógicos, Buarque (2008) verifica que não é tarefa fácil para o profissional em preservação mantê-los para a reprodução dos suportes audiovisuais. Sendo também difícil encontrar técnicos gabaritados para fazer a manutenção e revisão nos equipamentos e encontrar peças de reposição.

Segundo Bogart (2001, p. 22), há algumas práticas interessantes para a guarda e manuseio das fitas, são elas:

- use e armazene os rolos e cassetes de fita magnética em um ambiente limpo;
- evite a contaminação das fitas por sujidade, poeiras, impressões digitais, comida, fumaça, cinzas de cigarro e poluentes do ar;
- tome cuidado para não deixar cair as fitas ou os cassetes;
- mantenha as fitas protegidas da luz solar intensa e evite o contato com água;
- não armazene as fitas sobre aquecedores, [...] equipamentos eletrônicos e máquinas em geral;
- quando as fitas não estiverem sendo utilizadas, devem ser devolvidas à prateleira de armazenamento e armazenadas de pé. Não se deve permitir que as fitas permaneçam deitadas por longos períodos de tempo.

Para St. Laurent (2001, p. 16) há essencialmente três aspectos importantes a se considerar em relação ao manuseio e armazenamento de registros sonoros: que eles sejam mantidos livres de qualquer depósito de matéria estranha; que eles sejam mantidos livres de qualquer pressão que possa causar deformações; que eles sejam mantidos em um ambiente estável, controlado.

Quanto à limpeza das fitas, St. Laurent (2001) aconselha o uso de uma pistola de ar manual para eliminar a poeira superficial mais leve e um tecido específico para limpeza de fitas para que as superfícies delas sejam limpas.

Quanto ao ambiente, St. Laurent (2001, p. 20), afirma que um ambiente apropriado para o armazenamento de registros sonoros é essencial para retardar os mecanismos de degradação. Temperatura e umidade elevadas podem afetar certas

propriedades químicas dos plásticos que compõem os meios de gravação e podem criar um ambiente propício ao crescimento de fungos. Flutuações de grande amplitude ou rápidas no ambiente são igualmente prejudiciais à preservação de artefatos sonoros a longo prazo. E suas recomendações de ambiente de armazenamento apropriado são:

- Armazene os registros entre uma temperatura mantida entre não mais que 15-20° C. A flutuação da temperatura não deve superar 2°C em um período de 24h.
- Mantenha uma umidade relativa de 25-45%. A flutuação da umidade relativa não deve ser superior a 5% em um período de 24h.
- Mantenha uma ventilação apropriada e uma circulação de ar permanente nas estantes para evitar qualquer microclima.
- Mantenha os registros sonoros armazenados no escuro quando não estiverem sendo consultados. Faça uso de instalações de luz com tubos fluorescentes que não produzam radiação ultravioleta que exceda a 75 mw/lm (microwatts por lúmen) (ST. LAURENT, 2001, p. 22).

Conforme Bogart (2001), em concordância com St. Laurent, armazenar a fita magnética em um ambiente limpo e controlado é a medida mais importante para prolongar o tempo de vida dos meios:

Temperatura e umidade elevadas, além da presença de pó e elementos corrosivos no ar afetam os componentes físicos que compõem a fita magnética e podem levar à perda de dados através da diminuição da capacidade magnética e da deterioração do aglutinante ou do suporte da fita. Temperaturas muito reduzidas deve também ser evitadas (BOGART, 2001, p. 24).

Portanto, um arquivista de fitas deve ter conhecimento dos índices ambientais ajustados do arquivo, bem como das variações de temperatura e de umidade, para assegurar que o arquivo esteja respeitando as condições de armazenamento recomendadas. Buarque (2008) explica que, no campo analógico, quando geramos uma cópia de uma fita cassete, por melhor que seja a fita, os equipamentos e os acessórios envolvidos no processo, sempre haverá perda de informações. Em contrapartida, no campo digital, os dados digitais podem ter sua integridade verificada e, dentro de certo limite de erros, serem recuperados. Para que as informações sejam facilmente identificáveis e recuperáveis, recomenda que um repositório digital deve operar juntamente a um sistema de metadados confiável.


Em seu estudo de 2008, Buarque apontava que no campo dos arquivos sonoros e audiovisuais não havia um sistema ideal de metadados que desse conta plenamente das características desses objetos. Muitas instituições até então optavam por utilizar combinações de sistemas, para melhor atender as particularidades de suas coleções.

Dublin Core, PBCore, PREMIS e METS são alguns dos sistemas utilizados em arquivos audiovisuais, que variam em complexidade e em operacionalidade. De maneira geral, os metadados devem ser simples e suficientemente compreensíveis, facilmente gerenciáveis por técnicos e arquivistas, sem nunca deixarem de atender bem o usuário final.

O que conseguimos averiguar das condições de preservação do arquivo físico de fitas audiomagnéticas no *site* do AGCRJ no portal do Arquivo Virtual (2021), que é importante Sistema de Informações do AGCRJ para os cidadãos terem acesso ao conteúdo arquivístico produzido pela Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, mas o que observamos é a pouca informação sobre as condições físicas do acervo. A ferramenta fornece informações referentes a Fundos e Coleções custodiados pela instituição, as informações são organizadas segundo a estrutura baseada na Norma Brasileira de Descrição Arquivística, conhecida como NOBRADE.

Em consulta ao fundo ou coleção no Arquivo Virtual é possível verificar no item 1 – área de identificação, alguns detalhes da dimensão e do suporte do acervo divididos em espécies: cinematográfico, fotografia, audiomagnética, disco, recortes de jornais, livros e outros materiais textuais não identificados existentes no acervo Carlos Lacerda. (FIGURA 1)

Figura 1 – Tipos de suporte do acervo Carlos Lacerda

 PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO Secretaria Municipal da Casa Civil Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro	
PROJETO GUIA DE FUNDOS	
1 - ÁREA DE IDENTIFICAÇÃO	
1.1 - Código de Referência:	BR RJ AGCRJ.CL
1.2 - Título:	CARLOS LACERDA
1.3 - Data:	1927 - 2000
1.4 - Nível de Descrição:	COLEÇÃO
1.5 - Dimensão e Suporte	
CARTOGRÁFICO	
Espécie: Mapa(s) / planta(s)	
Quantificação/Mensuração:	11,00 ITENS
Escala:	NUMÉRICA
Observações:	
AUDIOVISUAL	
Espécie: Cinematográfico(s)	
Quantificação/Mensuração:	59,00 ITENS
Formato:	16mm
Observações:	Todos os itens são P/B. Uma parte deles se encontra em processo de deterioração.
ICONOGRÁFICO	
Espécie: Fotografia (s) / Cópia (s) por Contato	
Quantificação/Mensuração:	5.521,00 ITENS
Formato:	Positivo
Observações:	
Espécie: Negativo (s) Fotográfico (s)	
Quantificação/Mensuração:	23.083,00 ITENS
Formato:	Negativo em Acetato
Observações:	Digitalizados apenas 16.378 negativos.
SONORO	
Espécie: Audiomagnética (s)	
Quantificação/Mensuração:	102,00 ITENS
Formato:	K7
Observações:	
Espécie: Disco(s)	
Quantificação/Mensuração:	43,00 ITENS
Formato:	VINIL
Observações:	Discos de acetato.
Espécie: Fita (s) Audiomagnética (s)	
Quantificação/Mensuração:	408,00 ITENS
Formato:	FITA ROLO
Observações:	
TEXTUAL	
Espécie: SEM ESPECIFICAÇÃO	
Quantificação/Mensuração:	18,90 METROS LINEARES
Observações:	
HEMEROGRÁFICO	
Espécie: Recorte de jornal	
Quantificação/Mensuração:	1.433,00 ITENS
Observações:	
BIBLIOGRÁFICO	
Espécie: Livro (s)	
Quantificação/Mensuração:	27,00 ITENS
Observações:	Os livros encontram-se na Biblioteca Professor Oswaldo Porto Rocha, sediada no AGCRJ, onde é possível consultar um catálogo com os títulos disponíveis.

Fonte: Arquivo Virtual, 2021.

No item 6, área de notas, observamos as anotações e as datas das intervenções técnicas da conservação do acervo, como realizadas nos diferentes suportes, no ano de 2011 foi feito no arquivo sonoro; em 2012 no iconográfico; em 2013 no textual e hemerográfico e finalmente em 2014 no acervo filmográfico. Como observação geral *“Todo o acervo foi organizado e identificado. Os itens documentais foram higienizados, restaurados e acondicionados adequadamente, conforme o suporte documental.”* (FIGURA 2). Nesta consulta obtivemos informações muito simples, mas, importantes, já que ficamos sabendo que existe ou existiu, pois a pandemia transformou a nossa vida e da mesma forma a vida dos arquivos. Portanto, existia uma manutenção com a técnica da

higienização, o que é muito bom, pois mantém o arquivo limpo, livre de sujidades e dos agentes biológicos de degradação (principalmente os micro-organismos).

Figura 2 – Notas sobre conservação do acervo Carlos Lacerda

<p>6 - ÁREA DE NOTAS</p> <p>6.1 - Notas Sobre Conservação</p> <p>> Iconográfico: O acervo passou por intervenções técnicas de conservação e preservação no ano de 2012.</p> <p>> Textual: A maior parte do acervo passou por intervenções técnicas de conservação e preservação no ano de 2013.</p> <p>> Hemerográfico: O acervo passou por intervenções técnicas de conservação e preservação no ano de 2013.</p> <p>> Sonoro: O acervo passou por intervenções técnicas básicas de conservação e preservação no ano de 2011.</p> <p>> Filmográfico: O acervo passou por intervenções técnicas básicas de conservação e preservação no ano de 2014.</p> <p>6.2 - Estado do Acervo: BOM</p> <p>6.3 - Notas Gerais</p> <p>Todo o acervo foi organizado e identificado. Os itens documentais foram higienizados, restaurados e acondicionados adequadamente, conforme o suporte documental.</p>
--

Fonte: Arquivo Virtual, 2021.

Em uma espécie de “teoria x prática”, a ideia era identificar se os métodos aplicados nos documentos do AGCRJ estão de acordo com a bibliografia da área. Em conversa informal com um dos funcionários do setor, a resposta que obtivemos era de que o Arquivo segue as orientações do CONARQ, porém, nem sempre é possível realiza-las, pois a perspectiva do Arquivo fica muito distante do disseminado pelo CONARQ. Infelizmente, a realidade brasileira não condiz isso com todas as instituições de arquivo.

Os procedimentos desenvolvidos até o momento anterior à pandemia, era o acondicionamento de negativos e fotografias em envelopes de papel neutro para não ter nenhum tipo de oxidação e desgaste; Documentos cartográficos e de grande dimensão eram acondicionados em mapotecas, e quando extremamente grandes e tenham o suporte em tecido, usava-se acondicionados em rolos dentro dos mobiliários apropriado. Os arquivos audiovisual e iconográfico dentro das próprias embalagens, e em ambiente com controle de temperatura e umidade relativa específica para o tipo de suporte, que é constantemente medido com aparelhos medidores para esta função (Termo-higrômetro).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A preservação e a conservação preventiva documental encontram-se na gestão de documentos como áreas que visam proteger os documentos e seus suportes físicos dos ataques químicos, físicos, biológicos e humano. Sua aplicabilidade nos acervos representam a salvaguarda dos registros e suportes informacionais, tendo em vista que as informações são passíveis de serem perdidas no decorrer do tempo, caso não sejam protegidas ou migradas para novos suportes. Portanto, é indispensável que as instituições arquivísticas, de uma maneira geral, se atentem para a criação e manutenção de uma política de preservação e de conservação documental consistente, que conduza ações práticas e aplicáveis capazes de impossibilitar ou de ao menos desacelerar o processo de deterioração dos meios e, assim, proteger os acervos.

Considerando as questões aprofundadas no decorrer do trabalho a respeito da preservação e ou da conservação preventiva e salientando que cada tipo de suporte físico possui características próprias que devem ser analisadas para a sua preservação, foi observado que os estudos sobre arquivos audiovisuais, em especial sobre as fitas audiomagnéticas são escassos e carecem de mais explanações. De todo modo, é recomendável que as instituições mantenedoras de documentos sonoros reservem uma parte do seu orçamento para a preservação, mesmo aquelas que já realizam digitalizações entre outras estratégias de preservação digital, pois a preservação é uma tarefa que nunca deve ser considerada como concluída, já que os suportes físicos e digitais correm risco de sofrerem adversidades.

Além disso, também é dever das instituições manterem seus profissionais constantemente capacitados e manterem o seu público informado sobre os desafios da área. É essencial que os investimentos também estejam atrelados a campanhas educativas para conscientizar o usuário sobre a importância de zelar pelo patrimônio e pelos materiais de consulta. Essas campanhas podem ser feitas através de ações culturais e interativas no próprio arquivo e, em seus respectivos *websites* e ou redes sociais com palestras, videoconferências e demais conteúdos capazes de difundir a importância da preservação nos acervos. Este foi apenas um estudo inicial, onde pretende-se explorar mais e prosseguir com a pesquisa em andamento.

REFERÊNCIAS:

ABRACOR. Terminologia para definir a conservação do patrimônio cultural tangível. **Boletim Eletrônico da ABRACOR**, n. 1, junho, 2010.

ARQUIVO GERAL DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. **Acervo Carlos Lacerda**, c2021. Disponível em: <http://www.pcrj.rj.gov.br/web/arquivogeral/acervo-carlos-lacerda>. Acesso em: 09/09/2021.

ARQUIVO GERAL DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. **O arquivo**: apresentação, c2021. Página inicial. Disponível em: <http://www0.rio.rj.gov.br/arquivo/o-arquivo.html>. Acesso em: 09/09/2021.

ARQUIVO GERAL DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. **Arquivo Virtual**: Guia de Fundos, c2021. Disponível em: <http://wpro.rio.rj.gov.br/arquivovirtual/web/>. Acesso em: 09/09/2021.

ARQUIVO GERAL DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. **Carlos Frederico Werneck de Lacerda**, c2021. Disponível em: <http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/4203646/4101352/CarlosFredericoWerneckDeLacerda.pdf>. Acesso em: 09/09/2021.

ARQUIVO GERAL DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. **Coleção particular**: Carlos Lacerda, c2021. Disponível em: <http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/4203403/4136047/GuiadefundosWalterCuntoCarlosLacerdaP.pdf>. Acesso em: 09/09/21.

ARQUIVO GERAL DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. **Coleções particulares**: instrumentos de pesquisa, c2021. Disponível em: <http://www.pcrj.rj.gov.br/web/arquivogeral/acervos>. Acesso em: 09/09/2021.

ARQUIVO NACIONAL. **Dicionário brasileiro de terminologia arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. 232p.

BELLOTTO, Heloisa Liberalli. **Arquivos permanentes**: tratamento documental. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

BELLOTTO, Heloisa Liberalli. **Diplomática e tipologia documental em arquivos**: tratamento documental. 2. ed. Brasília, DF: Briquet de Lemos/Livros, 2008.

BELLOTTO, Heloísa L. **Arquivo**: estudos e reflexões. Belo Horizonte: UFMG, 2014.

BUARQUE, Marco Dreer. Estratégias de preservação de longo prazo em acervos sonoros e audiovisuais. In: ENCONTRO NACIONAL DE HISTÓRIA ORAL (9:2008; São Leopoldo, RS). **Anais...** Rio de Janeiro: Associação Brasileira de História Oral; São Leopoldo, RS : UNISINOS, 2008. 9f.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida. Sobre o valor histórico dos documentos. **Arquivo Rio Claro**: Revista do Arquivo do Município de Rio Claro, Rio Claro, n.1, p.11-17, 2003.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida; BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Dicionário de terminologia arquivística**. 3. ed. São Paulo: Associação dos Arquivistas Brasileiros, 2012.

CASSARES, Norma Cianflone. **Como fazer conservação preventiva em arquivos e bibliotecas**. São Paulo: Arquivo do Estado: Imprensa Oficial, 2000.

CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL (CPDOC). **Francisco Mangabeira**, c2021. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/mangabeira-francisco>. Acesso em: 09/09/2021.

CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL (CPDOC). **Roberto Henrique Sisson**, c2021. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/roberto-henrique-sisson>. Acesso em: 09/09/2021.

DURANTI, Luciana. Rumo a uma teoria arquivística de preservação digital: as descobertas conceituais do Projeto InterPARES. **Revista Arquivo e Administração**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, 2005, p. 5-18.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL. **Accessus – Documentos pessoais**: O que são arquivos pessoais. c2017. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/acervo/arquivospessoais>. Acesso em: 20 de novembro de 2019.

GUIMARÃES, Lygia. Preservação de acervos culturais. In: SILVA, Maria Celina Soares de Mello e. **Segurança de acervos culturais**. Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciência Afins, 2012. p. 73-92.

MACKENZIE, G. P. Establishing a preservation programme. *Janus* 1: 1996, p. 86-99.

MULLER, S.; FEITH, J. A.; FRUIN, R. **Manual de arranjo e descrição**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1973.

RODRIGUES, Ana Célia. Natureza do documento de arquivo: vínculo e estrutura. In: **Documento**: gênese e contextos de uso. Niterói, RJ: EdUFF, 2010, p. 175-192.

SANTOS, Paulo Roberto Elian. **A arquivística no laboratório**: história, teoria e métodos de uma disciplina. São Paulo: USP, 2008. (Tese de doutorado).

SCHELLENBERG, Theodore. **Arquivos modernos**: princípios e técnicas. 6. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

SILVA, Sérgio Conde de Albite. A preservação da informação. **Cadernos do CEOM**, Chapecó, v.18, n. 22, p. 177-190, dez. 2005. Disponível em: <https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/rcc/article/view/2250>. Acesso em: 25 de fevereiro de 2021.

SILVA, Sérgio Conde de Albite. A preservação da informação: um cenário em arquivos e bibliotecas. **Verbo de Minas: letras**, Juiz de Fora, v. 11, n. 19, jan./jul., 2011.

SPINELLI, J.; BRANDÃO, E.; FRANÇA, C. Manual técnico de preservação e conservação: documentos extrajudiciais: CNJ. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional /Biblioteca Nacional, 2011.

ST. LAURENT, Gilles. **Guarda e manuseio de materiais de registro sonoro**. Rio de Janeiro: Projeto conservação preventiva em bibliotecas e arquivos: Arquivo Nacional, 2001.

TEIJGELER, René. **Conservação preventiva da herança documental em climas tropicais**. Lisboa: BNP, 2007. (Publicações técnicas sobre P&C; 4).

VAILLANT CALLOL, Milagros. **Biodeterioração do patrimônio histórico documental: alternativas para sua erradicação e controle**. Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins; Fundação Casa de Rui Barbosa, 2013.

VAN BOGART, John W. C. **Armazenamento e manuseio de fitas magnéticas: um guia para bibliotecas e arquivos**. Rio de Janeiro: Projeto Conservação Preventiva em Bibliotecas e Arquivos: Arquivo Nacional, 2001.